

**Erro! A entrada de
AutoTexto não foi
definida.**

MUTUOPREV – ENTIDADE DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de
2014 e 2013**

Março de 2015

Sumário

1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – em milhares de reais	5
2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social - Consolidado	8
3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado	13
4. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I	17
5. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I.....	21
6. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios I.....	26
7. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II.....	31
8. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II.....	36
9. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios II.....	40
10. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	45

1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Disponível	10	31	Exigível operacional	386	1.162
			Gestão Previdencial	357	1.118
			Gestão Administrativa	29	44
Realizável	61.409	55.455	Patrimônio social	61.036	54.328
Gestão Previdencial	1	4	Patrimônio de Cobertura do Plano	60.666	54.260
Gestão Administrativa	-	2	Provisões Matemáticas	60.666	54.260
Investimentos	61.408	55.449	Benefícios a Conceder	60.666	54.260
Títulos Públicos	14.238	-			
Fundos de Investimentos	47.170	55.449			
Permanente	3	4	Fundos	370	68
Imobilizado	3	4	Fundos Administrativos	370	68
Total do ativo	61.422	55.490	Total do passivo	61.422	55.490

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação</u>
A) Patrimônio social – início do exercício	54.328	54.873	-0,99%
1. Adições	18.929	19.700	-3,91%
(+) Contribuições previdenciais	12.127	15.845	-23,46%
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	5.682	3.010	88,77%
(+) Receitas administrativas	1.100	839	31,11%
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão Administrativa	20	6	233,33%
2. Destinações	(10.161)	(13.945)	27,14%
(-) Benefícios	(9.343)	(12.919)	-27,68%
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	-	(86)	-100%
(-) Despesas administrativas	(818)	(940)	-12,98%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	8.768	5.755	52,35%
(+) Provisões matemáticas	8.466	5.850	44,72%
(+) Fundos administrativos	302	(95)	-417,89%
4. Operações Transitórias	(2.060)	(6.300)	-67,30%
(-) Operações transitórias	(2.060)	(6.300)	-67,30%
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3+4)	61.036	54.328	12,35%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	2014	2013	Variação
A) Fundo administrativo do exercício anterior	68	39	74,36%
1. Custeio da gestão administrativa	1.120	845	32,54%
1.1. Receitas	1.120	845	32,54%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	845	582	45,19%
Custeio administrativo dos investimentos	255	257	-0,78%
Resultado positivo dos investimentos	20	6	233,33%
2. Despesas administrativas	818	940	-12,98%
2.1. Administração previdencial	560	664	-15,66%
Pessoal e encargos	181	185	-2,16%
Treinamentos/congressos e seminários	12	15	-20,00%
Viagens e estadias	-	2	-100%
Serviços de terceiros	200	265	-24,53%
Despesas gerais	113	163	-30,67%
Depreciações e amortizações	1	-	100%
Tributos	44	-	100%
Outras despesas	9	34	-73,53%
2.2. Administração dos investimentos	255	258	-1,16%
Pessoal e encargos	67	57	17,54%
Serviços de terceiros	166	181	-8,29%
Despesas gerais	-	20	-100%
Tributos	12	-	100%
Outras Despesas	10	-	100%
2.5. Outras Despesas	3	18	-83,33%
3. Resultado negativo dos investimentos			
4. Sobra (Insuficiência) da gestão administrativa (1-2-3)	302	(95)	-417,89%
5. Constituição (Reversão) do fundo administrativo (4)	302	(95)	-417,89%
6. Operações Transitórias	-	124	-100%
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	370	68	444,12%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 710.982.088-20

Março de 2015

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0

CPF: 011.932.857-71
TOWERS WATSON 

4. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I – Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Varição</u>
1. Ativos	824	418	97,13%
Recebível	2	1	100%
Investimento	822	417	97,12%
Títulos públicos	192		100%
Fundos de investimento	630	417	51,08%
2. Obrigações			
Operacional			
3. Fundos não previdenciais	1	-	100%
Fundos administrativos	1	-	100%
4. Ativo líquido (1-2-3)	823	418	96,89%
Provisões matemáticas	823	418	96,89%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

5. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I - Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	2014	2013	Variação
A) Ativo líquido – início do exercício	418	225	85,78%
1. Adições	417	196	112,76%
(+) Contribuições	356	179	98,88%
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	61	17	258,82%
2. Destinações	(14)	(1)	1.300%
(-) Benefícios	(8)	(1)	700%
(-) Custeio administrativo	(6)		100%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	403	195	106,67%
(+) Provisões matemáticas	403	195	106,67%
4. Operações Transitórias	2	(2)	-200%
(+) Operações transitórias	2	(2)	-200%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3+4)	823	418	96,89%
C) Fundos não previdenciais	1	-	100%
(+) Fundos administrativos	1	-	100%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

6. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios I - Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Provisões técnicas (1+2+3+4)	823	418	96,89%
1. Provisões matemáticas	823	418	96,89%
1.1. Benefícios concedidos	-	-	96,89%
1.2. Benefícios a conceder	823	418	96,89%
Contribuição Definida	823	418	96,89%
Saldo de Contas – parcela participantes	823	418	96,89%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC SP-221255/O
 CPF: 011.932.857-71

7. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação</u>
1. Ativos	60.569	55.028	10,07%
Recebível	369	71	419,72%
Investimento	<u>60.200</u>	<u>54.957</u>	9,54%
Títulos públicos	13.960	-	100%
Fundos de investimento	46.240	54.957	-15,86%
2. Obrigações	357	1.118	-68,07%
Operacional	<u>357</u>	<u>1.118</u>	-68,07%
3. Fundos não previdenciais	369	68	442,65%
Fundos administrativos	<u>369</u>	<u>68</u>	442,65%
4. Ativo líquido (1-2-3)	<u>59.843</u>	<u>53.842</u>	11,15%
Provisões matemáticas	59.843	53.842	11,15%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

8. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação</u>
A) Ativo líquido - início do exercício	53.842	54.609	-1,40%
1. Adições	18.237	18.659	-2,26%
(+) Contribuições	12.615	15.666	-19,48%
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	5.622	2.993	87,84%
2. Destinações	(10.174)	(13.004)	-21,76%
(-) Benefícios	(9.335)	(12.918)	27,74%
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	-	(86)	-100%
(-) Custeio administrativo	(839)	-	100%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	8.063	5.655	42,58%
(+) Provisões matemáticas	8.063	5.655	42,58%
4. Operações Transitórias	(2.062)	(6.422)	-67,89%
(-) Operações transitórias	(2.062)	(6.422)	-67,89%
B) Ativo líquido - final do exercício(A+3+4)	59.843	53.842	11,15%
C) Fundos não previdenciais	369	68	442,65%
(+) Fundos administrativos	369	68	442,65%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

9. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Varição</u>
Provisões técnicas (1+2+3+4)	60.200	54.960	9,53%
1. Provisões matemáticas	59.843	53.842	11,15%
1.1 Benefícios concedidos	-	-	
1.2 Benefícios a conceder	59.843	53.842	11,15%
Contribuição definida	59.843	53.842	11,15%
Saldo de Contas – parcela participantes	59.843	53.842	11,15%
4. Exigível operacional	357	1.118	-68,07%
Gestão previdencial	357	1.118	-68,07%

NELSON ORTIGOZA
DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 710.982.088-20

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

10. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MUTUOPREV – Entidade de Previdência Complementar (doravante “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº. 761 do Ministério da Previdência Social – MPS, de 27 de setembro de 2010, tendo iniciado suas atividades em 1º de abril de 2011.

A Entidade é dotada com autonomia administrativa patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos do Plano de Benefícios e, tendo como Instituidores as seguintes empresas:

- ABESPREV – Associação de Defesa dos Direitos Previdenciários dos Banespianos – CNPJ: 02.976.653/0001-36.
- BANESMÚTUO - Associação de Seguro Mútuo dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo CNPJ:43.196.328/0001-38.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, do resultado dos recursos coletados e investidos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A Entidade administra dois Planos de Contribuição Definida o Plano de Benefícios I inscrito sob o CNPB nº 2010.0043-29 e o Plano de Benefícios II inscrito sob CNPB nº 2010.0045-74 ambos, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis à Entidade são: Previdencial e Administrativa.

Em 19 de agosto de 2013 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução nº 12, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 passando o item VII do Anexo B a vigorar com a redação “Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DBT” por plano de benefício previdencial e comparativa com o exercício anterior.

Em 19 de novembro de 2014 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução nº 16, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 passando o item IV do Anexo B a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Resolução, criando o quadro de informações complementares para a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Esta resolução entrou em vigo na data de sua publicação e produziu os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir desta data, e de forma obrigatória, a partir de 1 de janeiro de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas da PREVIC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

(b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos – Ativo**(c.1) Títulos de renda fixa**

A PREVIC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do período.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 3.792 de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 e CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Sob o programa de investimentos, no ativo realizável, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Títulos Públicos e Fundos de Investimentos - estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos Públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA.
- ii. Fundos de Investimentos, pelo valor da quota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio do Banco Itaú S/A, Banco Santander S/A e Banco Votorantim S.A., encarregados pela administração, em atendimento a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Patrimônio Social

(e.1) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos Planos de Benefícios são determinadas pelos consultores atuários externos contratados pela Entidade e são constituídas, com base em informações fornecidas pela Entidade, para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento de cada Plano de Benefícios.

(e.2) Fundos – gestão administrativa

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelos Participantes, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração do plano previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano.

(f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é

segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos instituidores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou.

4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista reconhecidos por seus valores em moeda nacional nas seguintes instituições financeiras:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imediato		
Caixa	<u>1</u>	<u>1</u>
Bancos conta movimento	<u>9</u>	<u>30</u>
Banco Santander S.A.	4	24
Banco Itaú S.A.	5	6
Total do Disponível	<u><u>10</u></u>	<u><u>31</u></u>

5. REALIZÁVEL

5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos participantes em atraso que encontram-se sobre análise da Entidade para regularização no próximo exercício social. Adiantamento de benefícios refere-se a restituição de contribuição devida pelo Instituidor, pago pela Entidade e que será reembolsado pelo Instituidor no próximo exercício social.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos a receber		
Contribuição em atraso – Plano de Benefícios I	1	1
Adiantamentos de benefícios	-	3
Total da Gestão Previdencial	<u><u>1</u></u>	<u><u>4</u></u>

5.2 INVESTIMENTOS

(a) Composição da carteira:

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários da Entidade, por montante e natureza dos investimentos, era a seguinte:

	<u>Natureza</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Títulos para negociação</u>			
Títulos Públicos			
Notas do Tesouro Nacional	Público	14.238	-
		14.238	-
Fundos de Investimentos – exclusivos			
FIC Sapucaia – Banco Votorantim	Privada	28.304	46.582
Santander FIC FI Safira Multimercado – Banco Santander	Privada	-	23.815
Fundos de Investimentos – não exclusivos			
Sant FI RF Absoluto TOP	Privado	4.359	-
Sant RED Privado	Privado	4.367	-
Itaú Institucional Active FIX IB Multimercado FI	Privada	10.140	8.967
Total da carteira de investimentos		61.408	55.449

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos e valores mobiliários, foram classificados como "títulos para negociação", com vencimento para os Títulos Públicos e sem vencimento para os Fundos de Investimentos, e estão avaliados pelo valor de mercado.

(b) Composição da carteira por prazo de vencimento:

	<u>Vencimento</u>	<u>2014</u>	
		<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>
<u>Títulos para Negociação</u>			
Títulos Públicos			
Notas do Tesouro Nacional	Com vencimento superior 360 dias	14.245	14.238
Fundos de Investimentos – exclusivos			
FIC Sapucaia – Banco Votorantim	Sem vencimento	28.304	28.304
Sant FI RF Absoluto TOP	Sem vencimento	4.359	4.359
Sant RED Privado	Sem vencimento	4.367	4.367
Fundos de Investimentos – não exclusivos			
Itaú Institucional Active FIX IB Multimercado FI	Sem vencimento	10.140	10.140
Total da carteira de investimentos		61.415	61.408

		2013	
		Custo Corrigido	Valor de Mercado
<u>Títulos para Negociação</u>	Vencimento		
Fundos de Investimentos – exclusivos			
FIC Sapucaia – Banco Votorantim	Sem vencimento	22.667	22.667
Santander FIC FI safira Multimercado – Banco Santander	Sem vencimento	23.815	23.815
Fundos de Investimentos – não exclusivos			
Itaú Institucional Referenciado DI FI	Sem vencimento	8.967	8.967
Total da carteira de investimentos		55.449	55.449

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

	2014	2013
Benefícios a pagar	337	1.029
Retenções a recolher	20	89
Total de Gestão Previdencial	357	1.118

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2014	2013
Contas a Pagar	21	42
Pessoal e Encargos	-	7
Fornecedores	21	30
Encargos Diversos (*)	-	5
Tributos a Recolher	8	2
Retenções Tributárias	8	2
Total de Gestão Administrativa	29	44

(*) Contas a Pagar – Encargos Diversos corresponde ao Pis e Cofins.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

	2014	2013
<u>Benefícios a conceder</u>		
Benefícios do plano com a geração atual	60.666	54.260
Total de Provisões Matemáticas	60.666	54.260

7.2 FUNDOS

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundos		
Fundo Administrativo	370	68
Total de Provisões Matemáticas	<u>370</u>	<u>68</u>

8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o período pode ser resumida como segue:

	<u>Em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Constituição / (Reversão) no exercício</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>
Provisões matemáticas			
Plano de Benefícios I	418	405	823
Plano de Benefícios II	53.842	6.001	59.843
Total de provisões matemáticas	<u>54.260</u>	<u>6.406</u>	<u>60.666</u>
Fundos			
<u>Administrativo</u>			
Plano de Benefícios II	68	302	370
Total de Fundos	<u>68</u>	<u>302</u>	<u>370</u>

8.1 HIPÓTESES E MÉTODOS

Por ser o Plano de Benefícios I e o Plano de Benefícios II estruturado na modalidade de contribuição definida as provisões matemáticas se igualam aos saldos formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes. Os benefícios de Aposentadoria e Pensão são determinados pelos Saldos de Conta – Capitalização individual.

9. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Em 2014 R\$ 2.060 referem-se aos valores transferido do Plano Previdencial – Plano de Benefícios II para os Instituidores em virtude da não manifestação por parte dos participantes ao referido Plano de Benefícios. Em 2013, R\$ 6.300 também referem-se aos valores transferido do Plano Previdencial – Plano de Benefícios II para os Instituidores em virtude da não manifestação por parte dos participantes ao referido Plano de Benefícios e R\$ 124 referem-se aos valores transferidos do Plano Previdencial – Plano de Benefícios II para o Plano Administrativo - PGA referente alocação indevida na constituição da Entidade.

10. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada pela CGPC, a Resolução nº. 13, que estabeleceu princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos.

Com o objetivo de aperfeiçoar as regras de governança e buscar o alinhamento com as regras da referida Resolução, a Entidade iniciou seu projeto de cadastro e acompanhamento das obrigações legais através de sistema e de auto-avaliação de riscos e controles, com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, controlar e monitorar os riscos existentes nos processos, buscando garantir a integridade financeira, administrativa, legal e operacional da Entidade.

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. EVENTO SUBSEQUENTE

Por não se aplica o que determina a Resolução nº 15 e 16 de 19 de novembro de 2014, a Entidade, em 2014 não irá aplicar mesmo que facultativamente os ajustes de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente.

NELSON ORTIGOZA
Diretor Presidente
CPF: 403.690.130-34

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
Contador
CRC: 1SP221255 O-0
CPF: 011.932.857-71